

Boletim Informativo

Edição Nº 28. Setembro 2017



COORDENAÇÃO PARA A MULHER
NO DESENVOLVIMENTO



Empoderando as Mulheres e Transformando Vidas

**MULHERES
CAPACITADAS
EM LIDERANÇA
E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA**



**MULHERES RURAIS
PEDEM MELHORES
CONDIÇÕES DE
TRABALHO**





**COORDENAÇÃO PARA A MULHER
NO DESENVOLVIMENTO**

FICHA TÉCNICA

Título: Boletim Informativo

Propriedade: Fórum Mulher-Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

Coordenação Editorial: Aida Nhavoto

Revisão Linguística: Conceição Marques

Fotografias: Aida Nhavoto

Coordenação Geral: Nzira Razão de Deus

Nº de Registo: 001/GABINFODG/1998

Colaboração: Maria Catarina e Maira Domingos

Maquetização e Capa: M&N Serviços, Lda.

Data da Impressão: Setembro de 2017

C.P. 3632, MAPUTO, MOÇAMBIQUE,

Rua Vila Namuali, nº 246, R/C

Tel./Fax: 258 21414037 / 258-823113920

Email: forumulher@forumulher.org.mz

Financiador: UNFPA

Índice

- 3 | *Editorial*
- 4 | *Introdução*
- 5 | *Sociedade Civil e Assembleia da República debatem o Projecto de Lei do Direito Sucessório e a Lei da Família*
- 8 | *Projecto de lei das sucessões: principais aspectos*
- 9 | *Papel da Mulher na prevenção da Violência*
- 10 | *“Há uma tentativa de diabolizar a Mulher”*
- 11 | *Educação para mudança social para Combater a violência*
- 11 | *Mulheres Capacitadas em Apoio a Sobreviventes de Fístula Obstétrica*
- 12 | *Mulheres capacitadas em Liderança e participação política*
- 13 | *Associações capacitadas em matéria de associativismo*
- 14 | *Mulheres Rurais pedem segurança de posse de terra e melhores condições de produção*
- 15 | *Fórum das Mulheres Rurais buscam oportunidades de financiamento*
- 16 | *Mulheres Rurais partilham experiência de conservação de sementes*
- 17 | *“Mulheres e jovens pedem eliminação das barreiras estruturais para alcance do empoderamento económico”*
- 18 | *Sociedade civil leva caso Prosavana ao Tribunal Permanente dos Povos*
- 20 | *“Somos as guardiãs da terra, da vida, das sementes e do amor”
Mulheres Rurais exigem sua autonomia*
- 22 | *Histórias de superação*

SOBRE AS UNIÕES FORÇADAS E O CASAMENTO PREMATURO!

«União forçada» e «casamento prematuro» são termos muitas vezes usados com o mesmo significado na abordagem sobre os direitos das raparigas. Mas, na verdade, são diferentes porque o casamento implica o cumprimento de requisitos claramente definidos na Lei da Família, situação que não acontece na maioria dos casos nas nossas famílias e comunidades.

As raparigas são sujeitas a unirem-se prematura e forçosamente a um homem independentemente da idade, sem condições nem opções de fazerem escolhas. Não lhes é dada a oportunidade de tomarem decisões, nem de opinarem sobre as decisões feitas pelas pessoas mais velhas da família: pai, mãe, avós, tios e outros. A relação de Poder com base na idade é um dos factores que é usado para limitar o exercício dos direitos das raparigas.

As uniões forçadas são o fenómeno que mais ocorre no nosso país, atendendo às suas características quando comparado com o casamento prematuro. E este fenómeno acontece porquê? Respondendo a esta questão, as vozes são unânimes em todos os processos educativos por nós conduzidos em afirmar que a pobreza é a principal causa para a ocorrência das uniões forçadas. E justificam que os pais não têm dinheiro para alimentar os seus filhos, porque são muitos e, por isso, decidem unir a rapariga para eliminar a pobreza da família. Parece que a solução da pobreza é mágica neste país, pois basta unir a rapariga para que a família deixe de ser pobre! Se a solução da pobreza passa por unir forçosamente a rapariga, o que dizer sobre os rapazes? E o que dizer do facto de as famílias continuarem a ter mais filhos, se o número de filhos é o problema? Em famílias onde existem rapazes, o problema da pobreza não tem a mesma solução.

A causa das uniões forçadas é patriarcal, é estrutural nas relações e expectativas geradas sobre raparigas e rapazes. As raparigas são vistas como objectos de prazer, cuidadoras, procriadoras. É importante promover estes questionamentos como forma de entendermos as causas do problema. Vale a pena lembrar que o factor financeiro se apresenta como o mais sensível, o mais percebido e, talvez, mais fácil de manipular para ocultar as reais causas das uniões forçadas. Não queremos com isto negligenciar a existência da pobreza, mas alertar que existe uma desigualdade, que é estrutural, não só na forma como são percebidos os problemas para raparigas e para rapazes, mas também na forma como as aparentes soluções são construídas pelas famílias para saírem da pobreza. Numa relação entre uma rapariga de 12, 13 ou 16 anos com um homem adulto, não há um diálogo igualitário, não existe debate de ideias, mas sim imposição, discriminação, opressão e violência. E deste modo estamos a contribuir para o aumento da pobreza no País gerando agregados cada vez mais pobres.

Enquanto continuarmos a perpetuar a violação dos direitos das raparigas, iremos asfixiar o desenvolvimento do nosso país. O investimento feito na educação não terá retorno porque as raparigas estão a ser forçadas a abandonar a escola. Os custos para tratar raparigas afectadas pela fístula obstétrica podiam ser evitados. 24% das mortes que ocorrem entre as raparigas na faixa etária de 15-19 anos é atribuída a causa materna. Temos uma cadeia de efeitos negativos que impactam no desenvolvimento do país, que infelizmente são negligenciados porque preferimos romantizar uma violação de direitos a não lhe dar o real significado.

Introdução

Nesta edição do Boletim Fórum Mulher iremos revisitar as grandes acções realizadas no primeiro semestre e nos primeiros três meses do segundo semestre pelo Gabinete e pelos membros dos Fórum Mulher nas diferentes províncias do país. Neste percurso, faremos algumas paragens para dar a conhecer as principais participações em eventos internacionais com destaque para a Sessão número 61 da Comissão sobre o Estatuto da Mulher CSW, em Nova Iorque, a participação na Cimeira dos Povos da SADC e na Escola Feminista da Assembleia das Mulheres Rurais da África Austral, em Johannesburg, na África do Sul.

A actuação do Fórum Mulher está baseada em três áreas estratégicas fundamentais que é a advocacia, o desenvolvimento organizacional e a estratégia de comunicação. E é nestas estratégias que iremos centrar este boletim. No contexto da advocacia, o nosso destaque vai para a revisão da Lei de Sucessões e da Lei da Família, focalizando as grandes reivindicações que estão na pauta dos direitos humanos das mulheres, como a excepção do casamento aos 16 anos na Lei da Família, a união de facto, a hierarquia dos cônjuges na linha dos sucessíveis. Relativamente ao desenvolvimento organizacional faremos menção às formações levadas a cabo pela Rede com vista a melhorar a capacidade de intervenção da mulher no exercício da cidadania para melhorar os direitos humanos das mulheres e na estratégia de comunicação onde estão reflectidos, em formato de depoimentos/histórias de superação, os resultados das acções do Fórum Mulher e dos membros na vida das mulheres.

SOCIEDADE CIVIL E ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DEBATEM O PROJECTO DE LEI DO DIREITO SUCESSÓRIO E A LEI DA FAMÍLIA



Foto: Da direita á esquerda, Paulo Beirão - Representante da Governadora de Gaza, Antónia Charre - Presidente da 3ª Comissão da Assembleia da República, Maria Paula Vera Cruz - Presidente do Conselho de Direcção do Fórum Mulher e Nzira Razão de Deus - Directora Executiva do Fórum Mulher

O Fórum Mulher em coordenação com a Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social (3ª Comissão) da Assembleia da República realizou entre os dias 13 e 14 do mês em curso, no município de Bilene, província de Gaza, um encontro nacional de reflexão sobre o Projecto de Lei do Direito Sucessório e a Lei da Família com vista a dar o seu contributo para o respectivo enriquecimento.

A reflexão que decorreu sob o lema “Por uma Lei de Sucessões e Família que defendem os Direitos Humanos em Geral e Direitos das Mulheres em Particular” contou com a presença de cerca de 60 representantes de organizações da sociedade civil que trabalham em prol dos Direitos das Mulheres, instituições de administração da Justiça (Ministério Público e Justiça), MGCAS, instituições académicas, associações de juristas e juizes, parlamentares oriundas do todo o País.

Durante a cerimónia de abertura, Maria Paula Vera Cruz, presidente do Fórum Mulher, tomou a oportunidade para convidar cada um dos presentes a dar seu contributo

para que tenhamos uma lei que leve em conta os direitos humanos das mulheres. “Gostaria de encorajar a nossa reflexão crítica como sujeitos políticos que buscam transformar as relações de poder, as relações sociais para edificação de um Moçambique melhor para todas”, disse.

Por seu turno a Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologia e Comunicação Social, Antónia Simão Paulo Charre apontou o debate como oportunidade para que as organizações, o governo e os órgãos de justiça possam, em conjunto, debater e aprovar leis que estejam em consonância com a realidade moçambicana que se ajustem às necessidades das mulheres e levem sempre a agenda dos DHM. Charre acrescentou ainda que a Constituição da República estabelece que a família é um elemento fundamental e é a base da sociedade, onde o diálogo é cultivado e, por isso, o encontro revestia-se de grande importância visto que pretendia reflectir sobre essas leis tendo em conta que a sociedade é dinâmica e propõe que as conjunturas também mudem.

Charre referiu ainda que a morte do marido ou parceiro, muitas vezes, implica que a viúva seja despejada da sua casa e perca todos os bens. Por isso sugeriu que todas as políticas lançadas pelo governo devam ser sensíveis ao género.

O evento visava uma apreciação, análise e reflexão sobre os aspectos relevantes a considerar nesta revisão, especificamente o que se deve mudar ou acrescentar para que esta lei esteja alinhada com os DHM e de acordo com as demandas deste grupo.

Para melhor aprofundar a reflexão e colher melhor as contribuições o debate foi dividido em blocos de apresentações:

- A Cultura e a Tradição: seu impacto no fenómeno sucessório
- Projecto de lei das sucessões- principais aspectos

A Cultura e a Tradição: seu impacto no fenómeno sucessório



Dra. Osvalda Joana, Juíza do tribunal Supremo

I - Do período colonial até à independência nacional:

Regia-se pelos costumes e tradições. Manutenção de usos e costumes na região sul do rio Zambeze como sociedade patrilinear segundo a qual os pais deixavam, por morte, ao filho mais velho os bens e as terras, sendo o património dos filhos para os pais.

Na região a norte do rio Zambeze a sociedade é matrilinear e o património segue a linhagem materna, para o irmão da mulher ou tio materno.

Estes usos e costumes, aceites correntemente pelos interessados, permitem que o património hereditário da mulher casada se venha a dissolver, em seu prejuízo e seja facilmente dissipado em virtude dos poderes de administração masculina tanto numa, como noutra situação.

II - Código Civil de 1867: regime supletivo - comunhão geral de bens:

Numa comunhão entre os cônjuges de todos os seus bens presentes e futuros, não exceptuados na lei, como sejam os doados ou deixados, com a cláusula da incomunicabilidade. Regime largamente marcado pela predominância do marido, a quem pertencia a administração dos bens do casal, sem excepção dos próprios da mulher, o qual não lhe poderia ser retirado da convenção ante-nupcial.

Em caso de morte ou separação, os bens comuns seriam repartidos entre os cônjuges, ou seus herdeiros, com a devida igualdade.

O argumento da correspondência da essência do casamento faz coincidir a união de patrimónios com a união das pessoas visando a adequada protecção ao cônjuge sobrevivente. Por isso era justificável no campo sucessório o cônjuge sobrevivente ocupar o quarto lugar da ordem legal da sucessão legítima, depois dos descendentes, dos ascendentes e dos irmãos e seus descendentes, antes dos outros colaterais até ao sexto grau. O viúvo ou a viúva já estava garantido/a pela sua meação nos bens do casal.

A lei atribuía ao cônjuge sobrevivente o usufruto da totalidade da herança se esta fosse devolvida aos irmãos e seus descendentes ou o usufruto de metade da herança, se esta competisse aos ascendentes ilegítimos. Tratava-se, porém, de um legado legítimo eliminável por testamento. Nos casos em que os direitos derivados do regime de bens não assegurassem a sobrevivência do/a viúvo/a, este teria duas faculdades:

- Pedir alimentos aos seus descendentes, que seriam normalmente herdeiros do cônjuge pré-defunto;
- Exercer o seu direito de apanágio, (garantido pelos rendimentos da herança do cônjuge falecido) e exercitável contra quem quer que tivesse beneficiado da herança.

Poder-se-ia afirmar que o cônjuge estaria excluído da família como um grupo ligado por laços de consanguinidade? Seria acusável o Código de 1867 de discriminar desfavoravelmente os vínculos conjugais em benefício da consanguinidade, considerando os descendentes, os ascendentes, e os próprios irmãos e seus descendentes, familiares mais próximos do de cujus, pessoa falecida do que o próprio cônjuge?

Não basta considerar-se apenas os estreitos quadros da posição sucessória do cônjuge sobrevivente. Mas sim, todo o conjunto das relações patrimoniais da família, de que essa posição é só um simples aspecto. Este regime supletivo de bens revela o legislador entendia dever existir, também no aspecto patrimonial, uma profunda união entre os cônjuges (centro da unidade familiar).

Na época o casamento era perpétuo e com estabilidade profunda. Não se compreenderia que fosse outro o pressuposto de uma comunhão geral em que o simples facto do casamento fosse motivo de aquisição.

Com efeito, no caso de separação de pessoas e bens, única interrupção do vínculo conjugal permitida pelo Código de 1867, a comunhão geral redundaria num locupletamento de um dos cônjuges à custa do outro. O cônjuge que deu motivo à dissolução do vínculo conjugal recebia, do mesmo modo, a sua meação nos bens comuns. Mesmo naqueles bens que eram pertença do outro cônjuge antes do casamento ou que lhe advieram posteriormente a título gratuito.

O legislador dava prevalência aos laços conjugais sobre os de consanguinidade. Assim, a comunhão geral levava, eventualmente, a que os bens abandonassem a linha familiar em que se encontravam.

Era o caso, por exemplo, do titular de um património celebrar casamento com outrem, e este casamento se dissolver sem descendentes comuns. Metade daquele património transmitir-se-ia aos herdeiros do viúvo em prejuízo da linhagem de que eram originários os bens.

Com a instituição do divórcio em 1910, abalou-se o regime de casamento presuntivamente perpétuo em 1867. Com efeito, as dissoluções do vínculo matrimonial passaram a facilitar o casamento-negócio, através da combinação do regime da comunhão geral (que mantém intocado) com o

divórcio e a separação.

Os casos de desvios dos bens da linha familiar originária avolumaram-se consequentemente. A estabilidade da família e a união entre os esposos, que serviu de pressuposto à comunhão geral, passou a ser vista de outra forma e o regime supletivo passou a ser legitimamente repensado.

Nos anos 40, com a proibição do divórcio para casamentos católicos, não se alteraram os dados fundamentais do problema continuando a haver casos em que a dissolução do casamento conduzia a injustos locupletamentos de um cônjuge, ou ao desvio inconveniente dos bens da linhagem originária.

Nos casos de divórcio e de separações constituiu um argumento de valor contra a comunhão geral como regime supletivo de bens dada a diminuição da estabilidade do casamento.

A ideia da comunhão de adquiridos começava a avolumar-se e, assim, o Código Civil de 1966 veio estabelecer a comunhão de adquiridos como regime supletivo. Era um regime mais adequado aos momentos de crise do casamento, evitando injustas repartições de bens.

A dependência da mulher em relação ao património conjugal era acentuada pelo facto de ao marido competir um largo poder decisório sobre as actividades produtivas da mulher e pelo facto desta, em princípio, ser impedida pelo marido de auferir rendimentos pelo seu trabalho ou pelo comércio.

A aquisição da autonomia patrimonial pela mulher é a dispensa da protecção do património conjugal se não o aplicasse em benefício da unidade conjugal.

Na tentativa de conciliar as vantagens dos dois regimes de bens em causa, vigorou uma disposição segundo a qual “era permitido aos esposados convencionar, para o caso de dissolução do casamento por morte de um dos cônjuges, e quando houvesse descendentes comuns, que a partilha dos bens se fizesse segundo o regime adoptado”.

Salvaguardavam-se as situações de crise, permitir-se-ia normalmente a manutenção dos bens na mesma linha familiar e assegurar-se-ia, simultaneamente, a protecção económica do cônjuge sobrevivente.

PROJECTO DE LEI DAS SUCESSÕES: PRINCIPAIS ASPECTOS

A revisão da lei do Direito Sucessório visa adequar o direito sucessório à realidade moçambicana, conformar o Direito Sucessório aos princípios da Constituição da República de Moçambique e regular no Direito Sucessório os efeitos dos novos institutos introduzidos pela Lei da Família. Por isso a reflexão sobre este projecto de lei cingiu-se a três aspectos principais que põem em causa os direitos humanos das mulheres, nomeadamente: a idade núbil, a união de facto e a posição na mulher na lei das sucessões.

Relativamente à idade núbil, foi posta em causa a questão da excepção existente na lei, pois, para os participantes o artigo que permite que uma menor de 16 anos possa contrair matrimónio com o consentimento dos pais ou em situações em que se coloca em questão a honra da família tem sido um dos motivos que propicia casamentos prematuros e consequentemente o abandono escolar. “Sendo o casamento definido como a união voluntária e singular entre um homem e uma mulher, com o propósito de constituir família, mediante comunhão plena de vida” (art. 7, da Lei da Família), admitir que menores com mais de dezasseis anos e menos de dezoito anos de idade se possam casar, estará o Estado a permitir que crianças (pessoas menores de 18 anos, de acordo com o artigo. 1 da Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, conjugado com o art. 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança), possam constituir família e, consequentemente, abandonar a infância e a escola para assumir as responsabilidades com a casa, marido ou esposa e filhos. Para além disso, pelo facto de o casamento ser permitido apenas “...quando ocorram circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes.”, está a ser posto em causa o carácter pessoal do consentimento e o carácter voluntário do casamento. Aquele pressupõe que o consentimento para contrair casamento deve ser dado apenas pelos nubentes e não por terceiros, mesmo que esses sejam seus pais ou legais representantes e o carácter voluntário do casamento pressupõe que a vontade de contrair casamento é estritamente pessoal em relação às pessoas que se pretendem casar’ disse Irene Uthui, Procuradora Geral Adjunta. Os participantes concordaram que o ideal

“...quando ocorram circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes.”, está a ser posto em causa o carácter pessoal do consentimento e o carácter voluntário do casamento.

seria alterar a excepção de 16 para 18 anos porque se acredita que irá reduzir as uniões prematuras e forçadas. Por outro lado, o Estado Moçambicano adoptou normas internacionais que proíbem a celebração de casamentos de pessoas menores de 18 anos e sem o consentimento pleno e livre dos nubentes tal como a Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 16, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África (art. 6, als. a) e b); Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento (artigo 8, no número dois, alíneas a e b).

Sobre a união de facto foi questionado se podia ou não ser equiparada ao casamento. Para Vitalina Papadakis, Juíza desembargadora, ao invés de tentar equiparar a união de facto ao casamento civil, o ideal seria estimular os cônjuges a oficializarem o seu relacionamento através do casamento civil ou mesmo da transcrição da sua união de facto. E alguns participantes justificavam que equiparar a união de facto ao casamento civil seria a banalização do último, pois

ainda que haja no seio dos cônjuges plano de contrair ou oficializar o seu relacionamento, estes podem retrair-se por não haver diferença entre os dois, mas todos foram unânimes em concordar com a criação de uma legislação específica para a união de facto e que esta possa ser equiparada ao instituído casamento para questões patrimoniais.

Apesar de existir um reconhecimento em relação ao papel da mulher na manutenção do bem-estar da família e à acumulação de bens, a lei do Direito Sucessório coloca-a numa posição pouco privilegiada. No debate, os participantes sugeriram

a alteração da posição do cônjuge para a terceira classe de sucessíveis, que este esteja na mesma posição que os filhos e que seja definida a percentagem da mulher na parte pertencente ao seu parceiro pois, de acordo com a lei, em casos de comunhão de bens a mulher já tem direito a metade do património mas não está definida na lei a percentagem que cabe à mulher da outra metade do seu cônjuge. Portanto propõe-se que a revisão da lei também defina com precisão a parte que cabe à mulher e altere a posição actual em que se encontra, que esta saia da quinta para a primeira.

PAPEL DA MULHER NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA



Foto: Da direita à esquerda, Dr. Hachimo Chagane - Psicólogo, Lurdes Mabunda - Chefe do Gabinete de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do MINT, Nzira de Deus - Directora Executiva do Fórum Mulher e Anabela Adrianopoulos - Apresentadora

“O papel da mulher na prevenção da violência doméstica” foi o tema escolhido para debate no dia 25 de Abril, na Rádio Moçambique, como forma de dar continuidade às celebrações do dia da Mulher Moçambicana. O debate surge no âmbito das comemorações do mês da mulher moçambicana e foi suscitado pelos recentes casos de violência doméstica contra os homens.

Estiveram no painel principal as seguintes instituições: o Fórum Mulher, representado pela Directora Executiva, Nzira de Deus, a Ministra de Género, Criança e Acção Social, Cidália Chaúque e Lurdes Mabunda, chefe do Gabinete de Atendimento às Vítimas da Violência Doméstica do Comando-Geral da Polícia de Moçambique.

Para Cidália Chaúque a escolha do tema foi de extrema importância pois é um assunto de interesse social que se vem constituindo como um desafio no quotidiano da mulher e das organizações que lutam pelo fim da violência doméstica, como o caso do Fórum Mulher.

Para Nzira de Deus falar do papel da mulher no combate à violência é desafiador pois o combate e a prevenção da violência é uma responsabilidade que não pode, nem deve ser incumbida particularmente à mulher, mas sim à sociedade no seu todo, tanto homens, como mulheres. De Deus admite que os dados sobre violência doméstica,

em particular contra a mulher, são assustadores. Só em 2016, por exemplo, foram registados nos Gabinetes de Atendimento à Família e a Menores Vítimas de Violência, 25.356 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis casos), dos quais 12.585 (doze mil e quinhentos e oitenta e cinco) contra mulheres comparados aos 3.329 (três mil e trezentos e vinte e nove de homens) e os restantes contra crianças, segundo o “País online” do dia 7 de Abril.

Esta grande diferença mostra claramente que a violência contra a mulher tem sido de maior incidência em relação à violência praticada contra os homens. O facto deriva da construção social, em que se entende que a mulher tem um papel de responsabilidade maior na manutenção da relação afectiva, no casamento e, até mesmo, na família, de tal forma que acabam construindo uma relação de submissão e, consequentemente, uma relação com desigualdades.

Relativamente a alguns casos de violência contra os homens, de Deus, deixou claro que o Fórum Mulher, assim como as outras organizações feministas, membros da organização, não aplaudem nenhum tipo de violência, incluindo a violência contra os homens. Mas, reiterou a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os casos de modo a perceber todas as facetas possíveis que possam ter levado ao caso, entender o histórico de vida dos intervenientes no caso e avaliar, com precisão, a verdadeira vítima de violência.

Dados partilhados pela Ministra do Género, Mulher e Acção Social, Cidália Chaúque, indicam que, só em 2016, houve um acréscimo de mil casos comparado com o ano anterior. Para a Ministra este aumento, galopante, de casos de violência doméstica é preocupante e é necessário que a sociedade desperte e tome atitudes concretas para reduzir este aumento.

“Não podemos permitir que estes casos desumanos e macabros se perpetuem no nosso país, e que aconteçam de forma tão leviana. Todos somos chamados a agir e a reflectir para a manutenção da paz”, afirmou a Ministra.



Foto: Cidália Chaúque - Ministra de Género, Criança e Acção Social

Para a Ministra é urgente combater todo o tipo de ofensas físicas, morais e qualquer outro tipo de violência sobretudo contra a mulher, que é a maior vítima de violência seguida pelas crianças e, por último, pelo homem. “Todos devemos estar envolvidos neste combate”.

Por seu turno, Lurdes Mabunda, chefe do Gabinete de Atendimento às Vítimas da Violência Doméstica do Comando-Geral da Polícia de Moçambique, acredita que as actuais notícias sobre violência doméstica tendem a deturpar os pressupostos que já existem dentro da nossa sociedade e não trazem todos os lados da violência.

“HÁ UMA TENTATIVA DE DIABOLIZAR A MULHER”

Para Mabunda a forma como têm sido noticiados casos de violência doméstica demonstra que há uma clara tentativa de diabolizar a imagem da mulher e explica as razões. “Temos estado a registar mais denúncias. Entretanto em relação a quem é mais vítima, há uma tentativa de diabolizar a mulher e esta tentativa acaba por ter um efeito multiplicador, porque a imprensa nos apresenta situações em que a mulher aparece, não importa em que circunstâncias, a cometer actos de violência que são de facto condenáveis”, explicou.

Lurdes acrescenta ainda que os casos de violência doméstica merecem um tratamento diferente, pois é necessário que a sociedade olhe para estes casos e busque entender o que teria realmente acontecido e questionar a razão que teria levado a mulher a agir de uma determinada maneira. Porém deixou claro que toda a atitude violenta

tem as suas repercussões, independentemente de quem quer que a tenha cometido. “Condenamos de facto o crime que aconteceu, porque agressão física e moral são crimes, mas nós que repensemos na nossa atitude, na nossa posição quando julgamos ou atendemos casos de violência”, retorquiu.

De acordo com a representante, diariamente cerca de 35 pessoas apresentam queixas de violência doméstica, factor este que é realmente preocupante pois, em termos de denúncia, a mulher ocupa o topo da lista. Só este trimestre, Janeiro a Março, deram entrada nos Gabinetes de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica cerca de 1998 mulheres, situação que considera alarmante. Contudo pequenas atitudes e acções podem ser tomadas como forma ou medidas para combater a violência.

EDUCAÇÃO PARA MUDANÇA SOCIAL PARA COMBATER A VIOLÊNCIA

A educação para a mudança social do comportamento constitui uma das estratégias mais privilegiadas e com mais probabilidade de sortir mais efeitos desejados pois a natureza subtil da violência, o elevado risco dessa violência evoluir de um estágio muito tolerável para um estágio muito agressivo, os pequenos actos, o espaço geográfico em que ela ocorre, a coabitação entre os sentimentos hostis e afectuosos influenciam negativamente para o reconhecimento precoce da gravidade do problema. Prevenir a violência não é um acto de cobardia, em de submissão, mas sim de heroísmo face às consequências, por vezes irreversíveis, que decorrem dos actos emocionais da violência. Deste modo, pequenos actos podem fazer muita diferença:

- Tendo como pressuposto que a violência resulta de pequenos episódios evitáveis e possíveis de prevenir, recomenda-se, assim, que a vítima encontre forma de sair de casa para procurar ajuda;
- As ocorrências extremas de casos de violência são

geralmente súbitas e, muitas vezes, são catalisados pela nossa reacção. Assim recomenda-se que conheça melhor o seu parceiro, a pessoa com quem convive, para que identifique as diferentes situações e preveja as possíveis reacções e, se possível, busque ajuda;

- Identifique sinais de comportamento violento e saiba que a violência doméstica não se corrige sem ajuda técnica, procure um psicólogo, exponha o problema e analise conjuntamente e, de seguida, tome uma decisão;
- Há tendências sociais para encontrar soluções para uma denúncia e ocultação de actos de violência. A família é uma alternativa de resolução de problemas sociais; no entanto nem sempre a família os resolve, por isso, procuremos as autoridades para os resolver;
- O abandono de um lar violento é um acto de inteligência, saiba que ninguém é penalizado por salvar a sua própria vida.

MULHERES CAPACITADAS EM APOIO A SOBREVIVENTES DE FÍSTULA OBSTÉTRICA

Mais de 20 mulheres foram capacitadas em apoio a Mulheres Sobreviventes de Fístula Obstétrica o Programa de Integração Social no Contexto de Protecção Social que decorreu durante os dias 24 e 25 de Agosto, no distrito de Mocuba, província da Zambézia.

A formação organizada pelo Fórum Mulher em parceria com o Núcleo das Associações Femininas da Zambézia, Nafeza, pretendia actualizar os conhecimentos e a aplicação prática do conceito dos direitos sexuais e reprodutivos para promover maior e melhor intervenção do programa piloto sobre reintegração social de mulheres pós tratamento da fistula obstétrica. Também visava trazer uma visão integrada sobre género, saúde sexual e direitos sexuais e reprodutivos e dotar as participantes de ferramentas pedagógicas e metodológicas para o desenvolvimento de capacidades em matéria de facilitação de diálogos comunitários que favoreçam a reintegração social das mulheres com fistula obstétrica e pós tratamento.

A formação responde à crescente necessidade de apoiar e

de fortalecer as organizações membros e as mulheres para responder às grandes demandas por parte das vítimas de fistulas e das comunidades onde estão inseridas. Pois, em Moçambique, segundo o Inquérito Demográfico de Saúde de 2011, na província da Zambézia, só 5% das mulheres têm as suas necessidades satisfeitas de planeamento familiar (IDS 2011), mas, em conversa com as participantes, foi possível perceber que, para além dos desafios de acesso, a decisão do uso depende do parceiro.

Os mitos à volta dos serviços de saúde contribuem para a baixa adesão aos cuidados hospitalares aliados às longas distância para encontrar uma Unidade Sanitária. Aproximadamente 2000 novos casos de fistula obstétrica ocorrem por ano em Moçambique. Segundo a WLSA Moçambique 2011, no distrito de Mocuba, vários são os casos de fistula obstétrica que não têm aderido aos cuidados de saúde por acreditar que a situação e o resultado de um feitiço e, às vezes, por falta de informação. A problemática de fistula ocorre em grandes proporções, em particular nos contextos onde o índice de casamentos prematuros e gravidezes precoces é maior, não sendo diferente na

Zambézia onde a taxa de casamentos prematuros é de 47% em raparigas com menos de 18 anos e 17% em raparigas com menos de 15 anos (Folheto Girs Not Brides).

Mas perante esta situação diversas actividades e campanhas têm sido organizadas, tanto pelas organizações da sociedade civil para sensibilização e mobilização das comunidades, como para apoio às mulheres vítimas.

O distrito de Mocuba é palco de algumas actividades em que as associações membros do Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA) têm realizado de modo a sensibilizar e a mobilizar as mulheres com fístula para aderirem às campanhas de tratamento que têm sido concretizadas na Província da Zambézia.

Temas como saúde, saúde Sexual Reprodutiva, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Sexualidade, Género e Adolescência e aspectos Negativos que afectam a Saúde Sexual Reprodutiva e Direitos foram debatidos durante a formação. Para os participantes, saúde é o bem-estar de uma pessoa (fisicamente, psicologicamente, moralmente, economicamente e livre de várias doenças); esta está ligada a todos os outros temas pois acredita-se que a sua ausência pode afectar directamente todos os outros aspectos. Saúde Sexual tem a ver com a prevenção das doenças transmitidas sexualmente, o órgão sexual feminino e o masculino devem estar saudáveis.

MULHERES CAPACITADAS EM LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

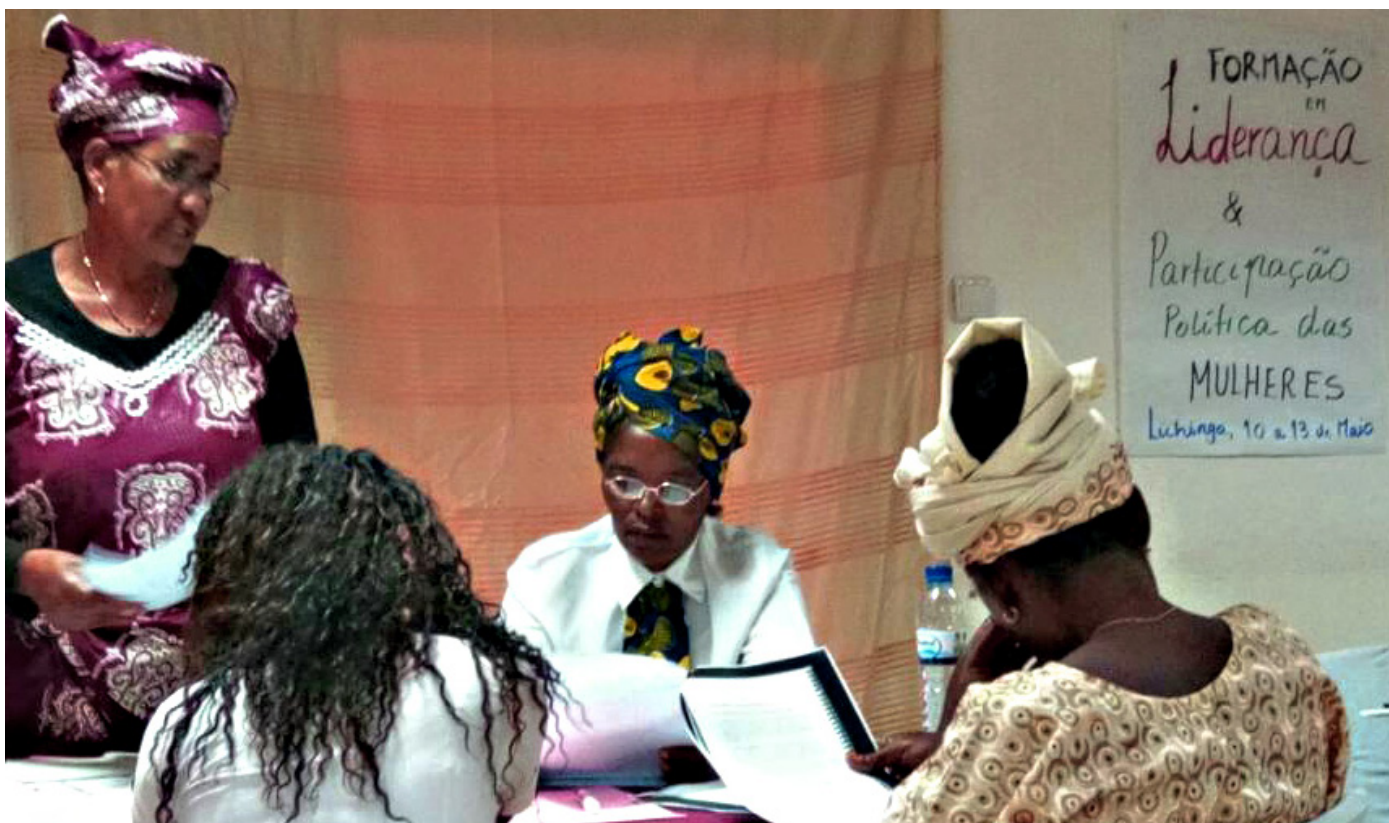


Foto: Participantes da Formação Política

São no total 25 mulheres das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, que participaram na formação em Liderança e participação política que decorreu de 10 a 12 de Maio, em Lichinga.

A formação dirigida pelo Fórum Mulher em parceria com a Woman Learning Partnership (WLP) tem o objectivo de

fortalecer as capacidades e competências das participantes para melhor advogarem pelos seus direitos nas suas comunidades e províncias. “ Pretendemos inspirar as mulheres para que estas assumam o real poder que elas têm...”, explica Nzira de Deus, facilitadora.

Na ocasião temas como Casamentos prematuros,

Violência baseada no género e acesso e controlo da terra (DUAT) foram destacados como assuntos críticos que precisam de uma intervenção mais activa.

Para a facilitadora, a fraca participação das mulheres nos espaços de discussão e tomada de decisão é um dado que prejudica as mulheres pois é fundamental que estas participem na formulação das políticas económicas sociais para permitir iguais oportunidades entre homens e mulheres.

Nos espaços de tomadas de decisão as mulheres podem expor as suas preocupações e partilhar as estratégias adequadas para solucionar as suas inquietações. Assim, espera-se com esta formação que as participantes tenham a capacidade de analisar todos os fenómenos e intervir em defesa dos seus próprios direitos.

Para as formandas, esta capacitação veio mudar a sua forma de se posicionarem dentro do meio em que vivem e afirmam que saem desta formação com ferramentas necessárias para influenciarem mudanças positivas.

“Sinto-me uma líder”: este é o sentimento de Amurata Fumo, activista da Associação Muleide, de Pemba, depois de passar pela formação. A participante acrescenta ainda que vai partilhar o conhecimento que adquiriu na formação com a sua comunidade de forma a ajudar na prevenção de casamentos prematuros, sua área de actuação.

Por seu turno Marta Caluma, outra participante, além de se sentir uma líder já tem um plano de acção, fruto da capacitação. “Daqui para a frente eu vou formar outras líderes”, afirma. Marta quer formar líderes para mudar os comportamentos das pessoas vivendo com HIV, doença que assumiu e com a qual vive desde 2012.

A Woman Learning Partnership é uma organização internacional não-governamental que trabalhara para garantir a maior participação possível das mulheres na tomada de decisões em vários níveis de liderança. Para alcançar este objectivo, a WLP aposta na capacitação e no empoderamento das mulheres para que estas possam transformar as suas famílias e as comunidades onde estão inseridas.



ASSOCIAÇÕES CAPACITADAS EM MATÉRIA DE ASSOCIATIVISMO

Associações e membros do Fórum Mulher, na província de Tete, beneficiaram de uma capacitação em associativismo. A formação surge no âmbito do prosseguimento das acções de assistência técnica programática e financeira aos membros e parceiros do Fórum Mulher cujo objectivo é acompanhar as actividades desenvolvidas no ano passado e apoiar a província na elaboração do plano de actividades programático e financeiro com a perspectiva de direitos humanos das mulheres e das raparigas.

Também era objectivo desta actividade fazer o balanço das actividades, identificar os desafios, as soluções, as oportunidades, a partilha de boas práticas, reflectir sobre o associativismo, a identificação de parcerias estratégicas, bem como replanificar as actividades tendo em conta o contexto actual e acordar com as organizações da província um plano de assistência técnica e monitoria. Igualmente capacitá-las em matérias de Gestão Financeira, usando as ferramentas da Aga-Khan.

“Acredito que muita coisa irá mudar nas nossas associações a partir desta capacitação. Obrigada, Fórum Mulher!”, esta é a expectativa de um dos formandos depois de participar nesta formação, pois a situação de muitas associações na

província de Tete ainda é desafiadora. De entre os vários desafios a escassez de recursos, financeiros, humanos e materiais e os elevados índices de casamentos prematuros, violações sexuais e violência doméstica são os que mais se fazem sentir.

Contudo, as associações de Tete não se dão por vencidas. Buscam entre elas estratégias para lidar com os desafios. Como forma de fazer face à escassez destes, as associações com o apoio do FM, buscam formas de saírem e de continuarem a existir. Uma das estratégias é pensar em actividades que não necessitam de recursos, como, por exemplo, criar grupos de partilha, fogueiras com a duração de 1 ou 2 horas onde debatem os problemas, partilhar experiências e ideias.

A nível dos distritos para minimizar custos de deslocação criaram um mecanismo de distritos próximos poderem-se encontrar nos moldes acima propostos e fazerem as suas partilhas, pois entendem que ser uma associação é estar além de um objectivo individual, mas sim ter uma união de pessoas com objectivos e metas comuns, sem fins lucrativos, que trabalham de forma organizada para o bem da sua comunidade.

MULHERES RURAIS PEDEM SEGURANÇA DE POSSE DE TERRA E MELHORES CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO



Foto: Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais (FOMMUR) - 21 de Abril de 2017

“Trabalhamos dentro de muitas dificuldades, as chuvas intensas e a salubridade do mar têm sido um desafio grande para nós. Devido à gradual salubridade da água que usamos para regar, as nossas plantas não ficam bonitas”, é o desabafo de Palmira Chinvoleka, secretária da Associação dos Camponeses 7 de Abril de Marracuene, na província de Maputo. Este desabafo foi feito durante a visita da Rede Internacional das Margaridas, a ONU Mulheres e o Fórum Rural Mundial decorrida na manhã da sexta-feira, 21 de Abril, em Maputo.

Além da contaminação da água do regadio, a falta de material adequado para o trabalho, como o caso de tratores, botas, adubos contra pragas e um mercado fixo de comercialização dos produtos de colheita ainda constituem grandes desafios.

A visita das mulheres rurais dos países da CPLP surge no âmbito de elaboração da Declaração do Movimento das Mulheres Rurais do Mundo e do documento sobre

as principais demandas desses movimentos.

O encontro além de criar espaço de interacção entre as mulheres tinha como principal objectivo identificar os pontos em comum da situação das mulheres da agricultura familiar e camponesas, assim como colectar contribuições para a Declaração entre as representantes dos países que participarão no evento.

Durante a visita, as camponesas da Associação 7 de Abril aproveitaram o intercâmbio para mostrar como conservam as sementes de modo a evitar perda até à época seguinte. Para Rebeca Mabui, representante do Fórum das Mulheres Rurais, FOMUR, a visita serviu para aprender das experiências dos outros países. “Foi um ganho importante para mim, percebi que não estamos sós, que existem outras mulheres rurais e que também passam por desafios, mas estamos juntas e vamos lutar pelo direito e pela posse da terra”, disse.

A Associação das Camponesas de 7 de Abril é composta



Foto: Camponesas da Associação 7 de Abril de Marracuene

por cerca de 75 membros dos quais apenas três homens. Estas mulheres rurais trabalham na zona baixa de Marracuene, antigamente grande zona de produção

agrícola, que actualmente tem sido assolada pela contaminação da água do mar e, consequentemente, reduzindo a quantidade de produção.

FÓRUM DAS MULHERES RURAIS BUSCAM OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

“Não sabíamos que existem pessoas que se preocupam connosco, não nos abandonem”. Este é o apelo deixado pelo Fórum das Mulheres Rurais a uma delegação da OSISA (Open Society Initiative for Southern Africa), representada por Alice Kanengoni e Roshnee Narrandes, durante a visita que decorreu na manhã do dia 10 de Maio, em Marracuene, na província de Maputo.

A visita que foi acompanhada por Maria Catarina, Júlia Mpfumo e Aida Nhavoto, do Fórum Mulher, visava explorar as possíveis parcerias entre a OSISA e as mulheres rurais de Moçambique com vista a fortalecer a Fommur.

Falando dos desafios que a organização tem enfrentado, Dulce Catarina, coordenadora do Fommur, disse que

o grupo não tem um financiador para as actividades o que dificulta a participação das mulheres das outras regiões do país e fortificar o seu movimento. O défice de apoio financeiro não possibilita a participação de maior número de mulheres no evento que o grupo considera de extrema importância, a subida ao monte Kilimanjaro.

Mas a falta de financiamento está longe de ser o único problema. O Fommur queixa-se da falta de DUAT, título de uso e aproveitamento da terra, o que as deixa vulneráveis em relação às suas machambas, pois quando chega um investidor estas não conseguem provar que o espaço lhes pertence. Outros desafios que as mulheres rurais têm enfrentado é a falta de condições de trabalho desde o tipo de enxadas, tractor, adubos, motobombas e anti pragas.

O elevado custo das sementes também entra na lista. As mulheres que trabalham a terra dizem que os preços das sementes são proibitivos e, por vezes, não se adequam ao tipo de solo que elas têm, o que muitas vezes tem reduzido a sua produtividade. Outro desafio não menos importante é a falta de transporte para escoamento dos seus produtos, a falta de condições de conservação e locais de venda específicos para agricultores.

Apesar da existência de fundos de desenvolvimentos agrícolas, a Fommur diz que não conseguem aceder aos mecanismos de financiamento, o que dificulta maiores investimentos da sua parte.

Por outro lado, Rabeca Mabui, Fommur da Manhiça, diz que seria produtivo se as mulheres rurais pudessem partilhar, de perto, experiências positivas como as do Uganda e Burundi, onde as mulheres têm um estatuto privilegiado na agenda do Estado, para melhorarem o seu trabalho e aprenderem a defender os seus direitos.

Por seu turno, a OSISA deixou claro que não tem como ajudar directamente, com uma assistência financeira directa, mas que normalmente funciona com base no desenvolvimento de políticas, para apoiar projectos já existentes, para forçar as autoridades a reflectirem na situação das mulheres. Assim, aconselha-se a Fommur a juntar as várias associações de agricultores, formar um movimento que reclame para obrigar as autoridades a agirem sobre o direito à terra. Em relação ao acesso aos mercados a OSISA vai ajudar na organização de feiras onde cada agricultor deve levar o seu produto e vendê-lo pessoalmente.

Relativamente à questão da ida ao monte Kilimanjaro, a OSISA garante ajuda directa. Em parceria com o Fórum Mulher, vai seleccionar as mulheres que podem participar no evento e vai levar o maior número possível. No que diz respeito à falta de financiamento, apesar de não dar, normalmente ajuda financeira, a OSISA vai financiar a reunião anual da Fommur que vai decorrer em Julho ou Outubro, em Nampula.

A OSISA é uma Organização não-governamental que trabalha para aprofundar a democracia, proteger os direitos humanos e melhorar a boa governação. Em Moçambique a Organização pretende apoiar as mulheres rurais, em parceria com o Fórum Mulher em três áreas específicas:

- Mulher rural,
- Mulheres domésticas e
- Mulheres comerciantes informais.

MULHERES RURAIS PARTILHAM EXPERIÊNCIA DE CONSERVAÇÃO DE SEMENTES

“Trabalhamos dentro de muitas dificuldades, as chuvas intensas e a salubridade do mar tem sido um desafio grande para nós. Devido à gradual contaminação da água que usamos para regar, as nossas plantas não ficam bonitas”, é o desabafo de Palmira Chinvoleka, secretária da Associação dos Camponeses 7 de Abril de Marracuene, feito durante a visita da Rede Internacional das Margaridas, a ONU Mulheres e o Fórum Rural Mundial decorrido na manhã da sexta-feira, 21 de Abril, em Maputo.

Além da contaminação da água do regadio, a falta de material adequado para o trabalho, como o caso de tractores, botas, adubos contra pragas e um mercado fixo de comercialização dos produtos de colheita ainda constituem grandes desafios.

A visita das mulheres rurais dos países da CPLP surge no âmbito de elaboração da Declaração do Movimento das Mulheres Rurais do Mundo e do documento sobre as principais demandas desses movimentos.

O encontro além de criar espaço de interacção entre as mulheres tinha como principal objectivo identificar os pontos em comum da situação das mulheres da agricultura familiar e camponesas, assim como colectar contribuições para a Declaração entre as representantes dos países que participarão no evento.

Durante a visita as camponesas da Associação 7 de Abril aproveitaram o intercâmbio para mostrar como conservam as sementes de modo a evitar perda até a época seguinte. Para Rebeca Mabui, representante do Fórum das Mulheres Rurais, FOMUR, a visita serviu para aprender com as experiências dos outros países. “Foi um ganho importante para mim, percebi que não estamos sós, que existem outras mulheres rurais e que também passam por desafios, mas estamos juntas e vamos lutar pelo direito e posse da terra”, disse.

A Associação das Camponesas de 7 de Abril é composta por cerca de 75 membros dos quais apenas três homens. As mulheres rurais trabalham na zona baixa de Marracuene, antigamente grande zona de produção agrícola, que actualmente tem sido assolada pela contaminação da água do mar e consequentemente reduzido a quantidade e a qualidade de produção.

“MULHERES E JOVENS PEDEM ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA ALCANCE DO EMPODERAMENTO ECONÓMICO”

61 SESSÃO DA COMISSÃO SOBRE ESTATUTO DAS MULHERES



Delegadas do Fórum Mulher e Action Aid no CSW61 (David Barisa, Maria Paula Vera Cruz, Rebeca Mabui, Nzira de Deus, companheira da Tanzânia no painel sobre Mulheres rurais)

Teve lugar de 13 a 24 de Março, na sede nas Nações Unidas, em Nova York, mais uma sessão da comissão sobre o estatuto (CSW) da mulher sob o tema “empoderamento económico da mulher num mundo de trabalho em transformação”. O encontro decorre num contexto de mudanças no campo político e necessidade de realinhamento das forças para mobilização à volta da agenda de igualdade de género e empoderamento das mulheres. Defensoras da igualdade de género, empoderamento das mulheres, direitos humanos e movimento das mulheres viram este CSW como teste para o fortalecimento do compromisso político internacional em fazer face aos desafios históricos que impedem a autonomia das mulheres. Era expectativa das delegadas dos diferentes países que os estados membros, voltassem a afirmar o seu compromisso para a implementação da agenda Beijing+20, agenda do Desenvolvimento sustentável, bem como a declaração de Paris sobre mudanças climáticas. Na cerimónia de abertura, o Secretário-Geral das Nações Unidas reafirmou em bom som que o “empoderamento das mulheres é acima de tudo quebrar as barreiras estruturais” portanto desconstruir os modelos de desenvolvimento existentes para dar lugar a um modelo mais inclusivo em que a igualdade de género é colocada

no centro de todas as intervenções.

É facto que no mundo do trabalho persistem práticas de exclusões, continuam exacerbando as desigualdades no mercado laboral. De forma geral, o fosso de género significativo entre homens e mulheres na participação do trabalho pago e, consequentemente, as diferenças salariais prevalecem em todo o mundo. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ das mulheres a nível global são definidas como trabalhadoras não pagas, significando que elas não são pagas directamente pelo seu trabalho, e existe uma tendência e marcada segregação das mulheres no sector mais baixo e de emprego informal. Para a OIT, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da força de trabalho feminina está concentrada nas actividades agrícolas na área rural, tornando-se mais de 40% do conjunto de todos os trabalhadores agrícolas. Mais de 40% da força laboral feminina está concentrada em serviços, com mulheres representando mais de 55%. Os termos e condições de trabalho variam muito em serviços, que abrangem a gama de comércio, técnica e serviços de comunicações, aos cuidados de saúde e serviço personalizado. Com bilião de mulheres entrando na economia global na próxima década, o seu empoderamento irá minar o potencial das mulheres e

raparigas, as que deverão liderar o futuro do mundo, declarou ainda António Guterres.

Ficou clara a constatação de que “ainda estamos muito longe para acabar com as desigualdades de remuneração entre homens e mulheres.....Mulheres estão recebendo 23% a menos que os homens e persistem, ainda, nas mulheres os desafios no acesso aos seus direitos laborais, como por exemplo a protecção da Licença de Maternidade, onde há países como Moçambique que ainda não ratificaram a Convenção 183”, Nzira de Deus, Fórum Mulher.

Num dos seus briefings matinais a senhora Phumzile trouxe para reflexão a necessidade de desagregação dos dados do sector informal onde temos maior concentração das mulheres em trabalho não decente e, acima de tudo, a conceptualização deste trabalho no contexto de cada país. Recomendou a necessidade de debates profundos pois existe muita controvérsia que

tem prejudicado as mulheres e precisa-se redefinir e reflectir sobre o trabalho partindo da prática quotidiana. Foi conclusão deste CSW que existem pré condições de trabalho básicas que contribuem para o empoderamento económico das mulheres a saber: 1) igualdade de pagamento e renda entre homens e mulheres 2) transição do mundo informal para o formal e trabalho decente 3) segregação ocupacional 4) políticas de retenção, recrutamento e progressão 5) políticas de protecção social sensíveis ao género.

Para o caso de Moçambique fica a recomendação da ratificação urgente da convenção 183 sobre a licença da maternidade, a revisão na regulamentação do trabalho doméstico, bem como a monitoria da lei de protecção social para que abranja as mulheres que se encontram maioritariamente no sector informal como forma de assegurar o empoderamento das mulheres e o cumprimento das deliberações da presente sessão do CSW.

SOCIEDADE CIVIL LEVA CASO PROSAVANA AO TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS



O Fórum Mulher participou de 16 a 18 de Agosto, na Cimeira dos Povos da África Austral, em Constitutional Hill, uma ex prisão em Joanesburgo, na África do Sul. A Cimeira dos Povos é um evento onde todos os países da região da SADC se juntam para debater os problemas que mais afligem as suas sociedades e juntos buscarem soluções sobre como intervir nas suas comunidades.

O Fórum Mulher fez parte de uma delegação moçambicana da qual também fizeram parte outras organizações da

sociedade civil que lutam pelos direitos humanos, como é o caso Fórum das mulheres rurais (Fommur), camponeses do corredor de Nacala, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Nacional de Camponeses (UNAC), Justiça Ambiental (JÁ), Livaningo e ADECRU.

Pessoas de movimentos sociais e pequenas organizações, incluindo pequenos agricultores, mulheres rurais e activistas sociais dos países da SADC também fizeram parte do evento.

O evento que contou com a presença de cerca de mil participantes vindos dos países da região da SADC decorre uma vez ao ano, acontece sempre em paralelo com a Cimeira dos chefes de estado e de governo da África Austral (SADC).

A cerimónia de abertura foi marcada por mensagens de solidariedade, gritos de guerra, cânticos tradicionais e poesia. A abertura além dos momentos culturais também serviu para que cada país presente fizesse os seus pedidos de ajuda.

A usurpação de terras por parte de Multinacionais, a falta de título de propriedade pelas mulheres dos países da SADC, a violência, as sementes geneticamente modificadas (GMO), o capitalismo patriarcado e a negligência na implementação de políticas públicas por parte dos governos são os principais problemas levantados pela maior parte dos países presentes. E Moçambique não fez diferente. As mulheres queixam-se não só das empresas que, além de usurparem as suas terras, têm gradualmente destruído o seu ecossistema tornando-as assim improdutivas, como da falta de financiamento para pequenos produtores, da imposição para uso de sementes “ditas melhoradas”, da falta de título de propriedade e competitividade no mercado comparado com os produtos das outras regiões.

As mulheres rurais de Moçambique queixam-se do governo que usurpa as suas terras férteis para dar lugar à “pedra”, construção de edifícios, que pouco beneficiam as trabalhadoras da terra e propiciam a pobreza, pois tiram a terra a alguém cuja única fonte de renda que têm é a terra e não lhes dão outra alternativa de renda. Na maior parte estas mulheres são as chefes de família ou seja é delas que depende o sustento da família. Enquanto decorria a cúpula dos povos da SADC na sala principal de constitutional Hill, outros grandes eventos decorriam em paralelo, a Assembleia das Mulheres Rurais da África Austral e o Tribunal Permanente dos Povos onde foi apresentado o caso do Prosavana.

E o Fórum Mulher, além de participar na cúpula dos povos, também fazia parte do grupo das organizações sociais e movimentos camponeses moçambicanos proponentes da campanha “Não ao Prosavana”.

O TPP é um órgão independente que actua em casos em que a justiça interna ou externa de um determinado país da região da SADC não faz sentir a sua presença. “O processo de julgamento dos casos é fundamentado no direito internacional e requer um exame rigoroso dos factos. Somente na primeira década deste século, o TPP ouviu 48 casos de violações de direitos humanos dos povos, perpetrados por empresas transnacionais

na América Latina”, explicou Diana Aguiar, do Grupo Nacional de Assessoria (GNA) da FASE, que acompanha o caso Prosavana, citada pelo ADECRU.

O Prosavana é um mega projecto que prevê a produção de soja em grande escala e visa promover a agricultura nas savanas tropicais, ao longo do Corredor de Nacala, local onde se julga que existem terras em abundância para investimentos em monocultivos dirigidos à exportação. Trata-se da região mais populosa de Moçambique, ocupada por agricultores que somente sobrevivem com base na produção agrícola e considerada o centro produtivo da região, garantindo a provisão de alimentos às províncias do Norte e a sobrevivência de milhões de famílias de todo o país. O corredor de Nacala, além de ser ponto de produção em grande escala, é um ponto estratégico para escoamento, razão que também explica a concorrência por esta área.

Além do Prosavana de Moçambique também foi a julgamento a proposta de barragem de Mphanda Nkuwa acusada de violações dos direitos das comunidades e os seus previstos impactos negativos. Outros casos que foram para o TPP são:

- Parmalat e agricultores de leite de pequena escala da Zâmbia,
- Mina de Urânio da Paladin e prisão ilegal dos advogados e activistas (Malawi e Tanzânia),
- Monsanto e Programa de Subsídio ao Rendimento Agrícola (Malawi),
- Recursos de Madagáscar e mineração ilmenite (Madagáscar) e
- Fluxos Financeiros Ilícitos e Evasão Fiscal (Maurícias).

O TPP também julga a forma como as grandes multinacionais destroem a soberania alimentar, as sementes, como estas corporações com a ilusão de desenvolvimento roubam povos africanos com base nos fluxos financeiros ilícitos e de paraísos fiscais, como estas mesmas corporações que defendem nos seus países de origem a protecção do meio ambiente derrubam as florestas que por muito tempo foram a fonte de vida das comunidades.

O Prosavana está a ser recusado pelas mulheres rurais de Moçambique porque não concordam com o seu modelo de produção.

“Se o Prosavana é bom porque não vão implementar

nos seus países, e se o seu modelo de produção é tão bom porque não consomem os seus próprios produtos”, questiona Justina, uma das camponesas presentes e vítima do Prosavana. Os camponeses contestam a forma e o modelo de produção que este agronegócio propõe.

Entre os jurados do TPP estava Nnimmo Bassey, ex-presidente da Federação Amigos da Terra Internacional e director executivo da Environmental Rights Action,

e Mireille Fanon-Mendes, presidente da Franz Fanon Foundation, ex-directora do grupo de trabalho das Nações Unidas de especialistas em povos de descendência africana, e ganhadora da edição de 2009 do Prémio de Direitos Humanos do Council for Justice Equality and Peace. Os relatórios deste evento serão divulgados pelos movimentos sociais e posteriormente enviados para as instituições públicas e na Organização das Nações Unidas.

“SOMOS AS GUARDIÃS DA TERRA, DA VIDA, DAS SEMENTES E DO AMOR”

MULHERES RURAIS EXIGEM SUA AUTONOMIA



Somos as guardiãs da terra, da vida, das sementes e do amor”. Este é o lema que reuniu mulheres de vários países da África Austral na Assembleia das Mulheres Rurais e na terceira edição da Escola Feminista. O Fórum Mulher fez parte de uma delegação composta por mulheres rurais e pela UNAC que participou durante seis dias, 29 a 5 de Julho, em Johannesburg, na África do Sul desta edição.

A escola feminista é uma componente muito importante na formação da liderança feminista e visa tornar visível a exploração das mulheres e da natureza observando como a economia e os sistemas políticos estão configurados e funcionam. A escola também tenta mostrar a forma como as corporações e os ricos se beneficiam dos recursos naturais como a terra, as florestas, os minerais e a água, na sua maioria à custa do resto da população, sobretudo mulher.

A Assembleia das Mulheres Rurais (RWA) é uma rede ou aliança auto-organizada de movimentos nacionais e internacionais de mulheres rurais, assembleias, organizações de base, de sindicatos, federações e movimentos camponeses mistos em oito países da região da SADC.

Durante um período de quatro anos, reuniu mulheres pobres e rurais em Assembleias regionais de mulheres rurais; em plataformas internacionais coincidindo com grandes eventos multilaterais e em processos regionais que também foram paralelos às reuniões da SADC. Trata-se de um evento que reuniu mulheres da região da SADC para debater, enquanto mulheres, os seus problemas, os seus desafios e como cada país pode ajudar.

As sessões levavam debates sobre como empoderar a mulher, o que dá poder a esta mulher e a sua relação com

a terra e a semente. As participantes foram unânimes em dizer que o seu poder vem da terra, pois é dela que conseguem produzir e posteriormente revender. A terra ajuda cada uma a ter a sua autonomia financeira e, consequentemente, a serem donas das suas escolhas.

Em relação aos problemas, a violência ocupou o topo da lista manifestando-se esta de várias formas como através da economia e de sistemas políticos, ou seja, o patriarcado capitalista.

O patriarcado capitalista é um sistema que oprime e explora a mulher de todas as formas possíveis. Em Moçambique, o sistema existe e é o mesmo que tem sido usado para dominar a mulher e sustentar a riqueza da pequena burguesia, uma minoria que consegue, através da exploração, manter um alto nível de vida e, pelo seu poder, influenciar as estatísticas. O patriarcado violenta a mulher de diferentes maneiras, quer através da terra, quer das sementes.

A exploração dos recursos minerais, muitas vezes, significa a retirada de famílias que normalmente sobrevivem com base na produção agrícola. Essa produção é garantida pela mulher que, nesta situação, é obrigada a deslocar-se em busca de novas terras e de novos desafios, propiciando assim o ciclo de pobreza.

As grandes multinacionais, no seu processo de implantação, nunca buscam terras brutas; tiram famílias do seu habitat natural, implantam a sua estrutura e, em seguida, exploram a mulher e as crianças como mão-de-obra barata.

Nos processos de sucessão de terra, em nenhuma parte a mulher é a herdeira principal. A terra é passada de pais para

filhos, irmãos e pais. Este processo não inclui a mulher.

O governo obriga as mulheres camponesas a usarem as sementes geneticamente modificadas com promessas de produção em grande escala, mas a verdade é que as mulheres têm as suas sementes nativas que são passadas de geração em geração e são as mesmas que garantem a produção destas famílias. As sementes modificadas, ainda que dêem uma boa produção, são danosas ao meio ambiente podendo levar a terra a infertilidade completa. Depois de a terra secar e já não poder produzir mais, as mulheres são obrigadas a abandonar a vida agrícola para buscar outras fontes de renda e têm poucas oportunidades, comparadas com os homens.

No contexto de trabalho, as mulheres não competem no mesmo pé de igualdade que os homens. As oportunidades de crescimento profissional das mulheres são escassas e, por vezes, condicionadas a um relacionamento com os seus superiores.

Olhando para o capitalismo como um desafio que se opõe a todas as mulheres rurais, estas elaboraram um manifesto onde lançam as suas demandas: “Como Assembleia das Mulheres rurais nós acreditamos que o patriarcado capitalista é um sistema que explora e promove o ciclo de pobreza nas nossas comunidades. Como feministas radicais do RAW nós recusamos ser controladas e oprimidas por este sistema. Juntas temos força e vontade de lutar contra este sistema”, exigem as participantes.

Depois de várias sessões, as mulheres rurais produzem uma declaração que seguirá em carta de demanda das mulheres para as Nações Unidas e para todas as organizações que lutam em prol do DHM.



HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO



Catarina Gaspar

“O Fórum Mulher ensinou-me a ser uma líder, eu sinto-me uma líder”. Este é o sentimento de Catarina Gaspar, natural de Nampula e activista há mais de 10 anos.

Catarina beneficiou de acções formativas, palestras e conferências organizadas pelo Fórum Mulher. A mulher de 43 anos entrou no activismo através da sua mãe, membro da associação AMR de Nampula, organização que também é membro do Fórum Mulher. As acções formativas do Fórum Mulher geraram mudanças que até hoje Catarina ainda se lembra.

“Quando me casei, eu só tinha concluído a quinta classe. O meu marido não havia estudado. Eu queria estudar, mas ele não me deixou. Disse-me que o homem deve ser o primeiro a estudar e quando ele concluísse, eu ia estudar. Hoje ele já se graduou. Mas as formações do Fórum Mulher ensinaram-me que devia continuar a estudar, que tinha que ter a minha conta bancária, aprender a fazer as minhas contas e não deixar tudo para o homem. Então depois da primeira formação sobre empoderamento da mulher, eu disse ao meu marido que queria ir à escola. Ele zangou-se e perguntou-me quem haveria de cuidar da casa. Questionou porque eu queria ir à escola. Disse-me que não havia necessidade, porque ele me ia dar tudo. Eu disse não, que o FM me ensinou que a mulher também devia estudar, que tinha que ter conhecimento e que não podia depender do homem. Comecei a ir à escola, mas durante um mês, eu dormia fora de casa porque ele

me trancava a porta e me batia sempre. Eu disse a mim mesma que não havia problema, eu continuei até ele ver que eu estava decidida”, conta.

As mudanças na vida de Catarina foram além do contexto familiar; também foram notórias no seu dia-a-dia. “Eu sou matrona e dou conselhos às meninas. Depois de conhecer o Fórum Mulher, aprendi que devia mudar a forma como eu dava conselhos. Eu já não aconselho meninas de 17 anos a casar, só a partir dos 18 anos começo a falar de casamento. Além disso, olho para o aspecto físico das moças e avalio se já está ou não preparada para ser dona de casa. E sempre aconselho as meninas a continuarem com os seus estudos”, acrescenta.

Em relação às formações e capacitações do Fórum Mulher, a activista conta com detalhes a formação sobre os casamentos prematuros, a mais marcante para ela e lembra-se como se o tempo não tivesse passado. Para Catarina, falar de casamentos prematuros é tocar num aspecto que a faz pensar nas jovens que estão nessas uniões forçadas, mas também de um acontecimento que marcou a sua vida. “A formação sobre casamentos prematuros marcou-me, porque eu não sabia o que era um casamento prematuro e quando penso em casamentos prematuros, ao invés de ver aquela criança que está a sofrer, eu lembro-me de mim mesma, do que eu sofri do mesmo jeito que ela. Eu revejo-me nesta formação”, explica.

Os resultados destas actividades do Fórum Mulher não só geraram resultados na vida de Catarina, mas também na vida de outras mulheres, pois após ser capacitada, a activista levou a cabo acções na sua comunidade para mudar a vida das mulheres. “Na minha comunidade, as mulheres tinham o hábito de mandar as suas filhas, independentemente da idade, para irem vender, dificultando os estudos delas. Eu reuni com as mulheres e expliquei-lhes que as crianças devem ser incentivadas a irem à escola e não a vender, que os trabalhos de casa reduzem o aproveitamento destas. No princípio não foi fácil, porque até o secretário do bairro veio ter comigo a questionar o que estava a fazer, porque estava a proibir as crianças de trabalharem. Eu expliquei as razões. Depois disso ele entendeu e as mulheres perguntavam-me o que deviam fazer. Eu sugeri que elas mesmas fossem vender pessoalmente. Facilmente conseguiam controlar o seu dinheiro e tinham espaço para conversarem com outras mulheres e interagirem entre si. Elas aceitaram e hoje elas têm, nos seus locais de venda, um espaço para conversarem sobre os seus problemas, o que não acontecia antes.

Em relação à violência, hoje, no meu bairro, quando

acontece qualquer situação de violência, as pessoas vêm ter comigo para eu as encaminhar e ajudar. Elas olham para mim como referência e confiam em mim como activista.”

Catarina Gaspar não é a única que beneficiou das acções do FM. O FM também inspira raparigas com idades bem distantes das da Catarina.

“Eu sinto-me empoderada”. Esta é a certeza que caracteriza Aruquia Paulino depois de passar pelas capacitações e formações levadas a cabo pelo FM. Aruquia é uma rapariga que encontrou no FM a oportunidade de ajudar as raparigas da sua comunidade e de fazer a diferença na província de Nampula, sua província.

Para esta jovem o fazer parte das formações do FM foi mais do que um aprendizado. Foi uma prova de confiança e de empoderamento. “A primeira capacitação que tive foi sobre casamentos prematuros, em Chimoio. Eu gostei muito do FM porque ele apostou em mim. No segundo dia da formação elas pediram-me que eu moderasse. Para mim, isso bom, porque elas confiaram em mim. Eu trabalhei por muito tempo na organização onde eu estava, mas nas formações eu também tinha que estar sentada a ouvir. Esta foi a primeira vez que eu fiquei à frente a moderar. O FM deu-me poder”, explica Aruquia com os olhos alagados de emoção.

Tal como Catarina Gaspar, as intervenções do FM também geraram mudanças na vida pessoal de Aruquia Paulino. “A minha vida mudou porque antes eu estava no armário, não sabia muito do que é direito, empoderamento, ser

uma mulher empoderada e forte que conhece os seus direitos, que conhece seus direitos sexuais e reprodutivos. Aprendi muito! Agora eu sou uma outra rapariga, hoje eu tenho o poder de decidir”, afirma.

O orgulho de fazer parte das intervenções do Fórum Mulher é tão grande na Aruquia que se reflecte na forma como esta activista caracteriza o Fórum Mulher. “Fórum Mulher para mim significa uma Águia porque uma águia consegue ver mais longe! É isso o que o Fórum Mulher significa para mim. É visão, é um olhar profundo!”, explica.

Assim como Catarina e Aruquia, Dulce Banze também beneficiou de acções formativas do FM e conta como estas geraram mudanças na sua vida. Dulce enfrentou grandes desafios para se entender como pessoa, a sua orientação sexual fez com que a sua adolescência fosse mais diferente do que a das outras raparigas da sua idade. Nesta entrevista rápida, Dulce partilha a sua história e como a Lambda/FM ajudou e contribuiu para a sua vida hoje.



Dulce Banze

FM: Conte-nos um pouco sobre a sua infância.

O meu nome é Dulce Banze, mas gosto que me chamem Beny. Sou lésbica assumida. Sou natural de Chidenguele e actualmente residente em Nampula. A minha infância foi muito conflituosa porque ninguém, nem eu nem os meus pais, entendíamos o que estava a acontecer comigo, pois nasci numa zona rural onde a informação era escassa e falar de homossexualidade ainda é um mito.

Durante a minha infância tive que suportar muitas coisas porque a minha mãe esperava uma menina que fosse responder às expectativas que ela tinha, porque na



Aruquia Paulino

minha tradição a mulher tem ser aquela que sabe fazer as actividades domésticas e sabe cuidar de um homem. A minha mãe esperava uma mulher que pudesse dar tudo isso e um pouco mais, mas não foi assim porque eu desde criança me senti homem. Então por causa disso aconteceram esses conflitos. Por exemplo, na escola as meninas chamavam-me para saltar à corda, mas eu não aceitava. Só queria saber de brincadeiras de homens! Outra situação que não me esqueço foi quando a minha mãe quis trancar-me e ela teve que me amarrar os pés e a cabeça para ter acesso ao meu cabelo e bateu-me muito nesse dia. Na verdade fui muito violentada pela minha mãe porque ela sempre quis que eu fosse uma menina mas eu nunca fui essa menina, então o meu ciclo de violência começou dentro de casa.

FM: Como foi para si contar aos seus pais que é lésbica?

Na verdade não fui eu, foi a minha irmã mais nova. Na sua inocência, disse ao meu pai em plena mesa de jantar, (a minha mãe já havia perdido a vida), que eu namorava com mulheres. Depois que ela disse isto eu saí da mesa. A partir desse dia eu passei a fugir dele. Nunca me sentei com ele para falar sobre isso.

Mas essa informação mudou muitas coisas na minha vida, porque os meus irmãos não queriam que eu sujasse o nome da família. O meu irmão mais velho violentou-me física e psicologicamente e até influenciava a sociedade para que me discriminasse. Eu fui duplamente violentada.

FM: O que aconteceu para chegar à conclusão de que é lésbica, como foi a descoberta?

Na verdade eu já nasci lésbica! Há certas coisas que tu não precisas de perguntar, que tu sentes pessoalmente. Em nenhum momento da minha vida me senti mulher, sempre tive atracção por mulheres, eu nunca senti atracção por uma pessoa do sexo oposto. Eu nunca tive aqueles namoricos de infância com rapazes, muito pelo contrário eu fazia isso com as meninas. Mas tive mesmo a certeza, quando tive uma experiência na RSA, onde tive uma amiga e relacionámo-nos. Isso sim ajudou-me a ter certeza de quem eu era! Mas antes disso, como eu me sentia estranha, sentei-me para conversar com o meu pai. Eu tinha 16 anos na altura, disse-lhe que me sentia estranha, que não sentia o que as raparigas da minha idade sentem e fazem, mas o meu pai disse-me que eu era ainda muito nova e que mais tarde quando crescesse ia sentir. Mas o tempo passou e quando fiz os meus 18 anos, decidi procurar ajuda psicossocial e estes disseram que eu estava normal e que só tinha um crescimento lento. Mas não foi fácil para assumir-me como lésbica, porque eu sempre me senti excluída. Eu via pessoas a viverem livremente a sua sexualidade, eu via os meus primos a

namorarem livremente, eu via pessoas a serem felizes e eu não conseguia. Cheguei a ficar deprimida e pensei em me suicidar. Mas enfim, consegui superar a depressão e seguir em frente.

FM: Quais são os desafios de uma mulher lésbica?

São muitos! Primeiro o simples facto de ser lésbica já é um problema. Segundo, as lésbicas são mais invisíveis que os gays. Quando falamos de homossexuais, as pessoas só pensam nos homens, mas existimos nós. Eu, por exemplo, não suporto ver-me ao espelho. É muito difícil para mim olhar-me ao espelho porque nele eu vejo o corpo de uma mulher, mas eu não me sinto uma mulher, não penso como mulher! Entretanto tenho características de mulher: eu tenho o período menstrual, tenho seios! Mas eu não me consigo relacionar com alguém do sexo oposto, como era de esperar. A sociedade olha para nós mulheres lésbicas como demónios! A minha família não quis saber da minha orientação sexual, porque tinha medo que manchasse o bom nome da família.

Como lésbicas estamos expostas a todo o tipo de violência. No meu caso, eu fiz formação militar e, no quartel, não foi fácil! Os instrutores questionavam-se onde me podiam colocar porque eu não me sentia mulher e, ao mesmo tempo, não podia ficar com homens. E eu não me sentia confortável ao ficar entre as mulheres! Para mim o facto de ter assumido a minha orientação sexual no contexto do meu trabalho só complicou a minha vida.

FM: Como é que lida com aspectos completamente femininos, como o período menstrual, por exemplo?

Para mim é muito chato! Eu até sei que não posso parar frente ao espelho, porque quando me olho ao espelho sem roupas, vejo uma mulher, e eu não me identifico como mulher! Outra coisa que não consigo suportar é saber que eu tenho seios, eu não gosto deles, nem das minhas ancas e, honestamente, eu não gosto de ancas.

Na verdade eu sou homem, por dentro, a conduzir o corpo de uma mulher, por fora, e é um pouco difícil ter que conduzir duas pessoas ao mesmo tempo!! Por dentro eu sinto-me homem e, por fora, sou uma mulher que tem que suportar menstruação, cólicas, TPM... Para mim isso é muito pesado! Aliás, eu não suporto o facto de ser mulher, mas tenho que suportar e seguir em frente!

FM: Como chegou à LAMBDA?

Eu conheci a LAMBDA em 2014. Já tinha ouvido falar, mas nunca tinha tido a oportunidade de estar lá. Sempre desejei estar, porque sabia que lá havia pessoas como eu. Conhecer a Lambda mudou a minha vida. Na Lambda

encontrei a minha segunda casa, a minha segunda família, na Lambda eu sinto-me à vontade, entendida e apoiada. Estou oficialmente com a Lambda há menos de um ano, mas desde 2015 que faço trabalhos voluntários. Tal como a Lambda, o Fórum Mulher é como se fosse a minha casa também, a Lambda ajudou-me a viver livremente a minha orientação sexual, a sair completamente do armário e a encarar a homossexualidade de maneira natural.

FM: Já participou numa acção formativa do FM e que transformações verificou na sua vida?

Já participei numa formação sobre Género, orientada pelo FM e com a participação de um grupo do Brasil, e esta formação mudou por completo a percepção do meu corpo, os meus direitos. Esta formação e outras acções da Lambda mudaram o meu comportamento, aprendi a expressar-me como mulher lésbica e a lutar pelos meus direitos. Aprendi que não sou anormal, mas sim tenho a minha orientação sexual e sou livre de vivê-la como eu quiser desde que não fira a integridade dos outros. No FM e na Lambda é onde eu acho que gritando há pessoas que me podem ouvir. Eles ensinaram-me a falar sem medo, ensinaram-me a ter consciência sobre os meus direitos, a saber quando e como estão a ser violados.

Essa formação ensinou-me a ser mais livre e a estimular outras mulheres lésbicas a serem-no. Ajudei quatro mulheres a saírem do armário e a viverem a sua sexualidade livremente. Eu não conseguiria isso sem o FM.



Domingas

Hoje, sou referência no meu bairro! Quando as mulheres lésbicas sofrem casos de violência, elas vêm ter comigo; algumas procuram-me quando querem um tipo de orientação para perceberem a sua orientação sexual e as pessoas já conseguem conviver comigo normalmente, o que não era possível antes.

As acções formativas do FM também geraram mudanças na vida de Domingas, natural de Nampula. Em 2004, Domingas participou na formação da Todos Contra a Violência, TCV, organização de Nampula membro do FM, onde aprendeu sobre violência e abusos contra a mulher.

Apesar de ter aprendido sobre violência e abuso contra a mulher, a vida de Domingas não mudou muito, pois Domingas continuou no mesmo ciclo de violência no seu relacionamento. “Eu voltava da escola à noite e mesmo assim tinha de cozinhar, porque o meu marido proibia as minhas sobrinhas e as minhas filhas de cozinharem e dizia-lhes que não deviam cozinhar enquanto existe uma mulher naquele lar e, quando eu não cozinhalha, ele batia-me”, conta.

Mas Domingas não se deu por vencida. No meio das dificuldades e dos desafios, ela continuou a estudar e a formar-se. Em 2003 terminou a 10 classe, concorreu para o IMAPI, Instituto de Formação de professores, para o curso 10+1, graduou-se em 2004 e fez serviços de activismo contra a violência de mulheres, em Nampula.

Em 2014, a activista participou numa formação dirigida pelo gabinete do FM e esta formação é que marcou a sua vida e mudou a sua maneira de ver e entender o mundo. “Em 2014 veio o programa Mulher em Democracia e eu participei na formação e fui indicada como ponto focal para o distrito de Murrupula. Comecei a trabalhar na sensibilização das mulheres para aderirem às mesas de votação e conseguimos chegar onde o STAE não conseguiu.

Comecei a receber mensagens de força do FM porque gostavam do meu trabalho. Continuei a trabalhar com o FM até hoje, e sempre que há formação, chamam-me. O Fórum Mulher abriu-me a visão para o mundo e graças ao projecto em que participei, sinto-me motivada e com força para continuar a trabalhar. O Fórum Mulher ajudou-me a definir-me a mim mesma, a espelhar-me como mulher e as minhas capacidades, o meu propósito na vida e a encontrar solução para os meus problemas. Hoje não preciso de ninguém para enfrentar a vida!

No meu distrito já sensibilizei várias mulheres e hoje elas já sabem denunciar. Quando o marido lhes bate, elas saem a correr para minha casa para irmos juntas á esquadra.”



Albertina Luís

Albertina Artur Luís é uma das beneficiárias das capacitações do Fórum Mulher no distrito de Mocuba, província da Zambézia. As formações pelas quais Albertina passou geraram grandes mudanças na sua vida e hoje considera-se uma mulher empoderada. “Estas formações ajudaram-me a ser emancipada, senti-me empoderada porque, para mim, empoderamento não é dar dinheiro. O conhecimento é o principal poder que o ser humano devia possuir; melhorei a capacidade da minha gestão humana; percebi que estava sob uma grave situação de violência, então decidi separar-me para conseguir continuar a viver, ter saúde, vida e estudar e, graças a Deus consegui licenciar-me me Administração Pública e ter dois pedaços de terra”, explica.

Albertina é uma mulher de 49 anos que entrou no mundo do activismo em 1997 através da Associação Amudza, associação das mulheres domésticas da Zambézia e desde então nunca mais parou. Depois de um tempo

na Amudza foi convidada a ser tesoureira desta associação. Enquanto colaborava com a Amudza, recebeu um convite para participar numa formação do Fórum Mulher e conta como esta foi marcante. “Fui chamada para participar numa formação do Fórum Mulher sobre género em 2003, em Maputo, onde conheci a Graca Samo e a Cristina Monteiro. Nesta formação fui em nome do Fórum das rádios Comunitárias, Forcom, e foi a minha primeira formação e uma das que mais me marcou. Outra formação que me marcou foi sobre os Direitos Humanos da Criança. Marcaram-me porque já fui grande vítima de violência a todos os níveis, desde a infância até à fase adulta. Então quando se está na abordagem sobre género, a violência não fica de fora. Eu já passei por estes aspectos e ouvir estas formações era integralmente a minha situação que estava a ser revelada e deduzi que tudo aquilo que eu estava a passar foi por falta de informação”, conta.

Mas as formações trouxeram para a vida de Albertina novas percepções da realidade em que vivia e esta tomou a decisão de se separar. Depois de perceber a forma como vivia, o ciclo de violência a que se sujeitava, Albertina decidiu usar o conhecimento que adquiriu para gerar mudanças na sua comunidade e ajudar outras mulheres. “O grande fruto dessas formações é a associação de mulheres para a promoção de Direitos humanos e combate às fistulas, AMUDHF.

Eu comecei por juntar companheiras e fazer perceber o que éramos nós mulheres e o que precisamos. Em primeiro lugar contagiei a vontade de estudar. Singularmente quando encontro uma pessoa vulnerável explico o que passei e incentivo-a a ir à escola, quando me falam de custos explico como é que eu fazia e digo como consegui recurso. Foi com base nos bordados, eu bordava e vendia e aprendi a fazer uma poupança e assim vai.

A Amudhf é membro do Nafeza que é também membro do FM. Nós fazemos sensibilização através das mensagens que aprendemos nas capacitações. Durante essas sensibilizações nós deparamos com casos e ajudamos a fazer o devido encaminhamento. No ano passado conseguimos atingir 167 mulheres vítimas de fistula, das quais 84 foram curadas, no distrito de Mocuba e Lugela. Este ano já atingimos 60 mulheres ainda à espera da campanha para fazer a cirurgia e conseguimos resolver, pelo menos, 54 casos de violência a todos os níveis”, acrescenta.





Apoio:

